

Espacialização com heranças coloniais 9. Pedido para a ligação dos serviços de água e esgoto da casa nº. 70 da rua Maciel Pinheiro, 1939 10. Pedido para a ligação dos serviços de água e esgoto da casa nº. 125 da rua Maciel Pinheiro, 1939.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

A distribuição espacial mantinha majoritariamente os modelos coloniais, praticamente repetindo os padrões descritos pela história da arquitetura brasileira para outras regiões do país, reproduzidos com poucas alterações durante grande parte do século XIX (REIS FILHO, 1970, p.136; LEMOS, 1989). As construções eram alongadas, determinadas pelo próprio formato estreito e comprido dos lotes. Internamente, pouco mudava entre as residências, no máximo com o aumento do número de cômodos. Quando não existia comércio na frente, a sala de estar dava para a rua e ocupava toda a testada do terreno, o que a tornava extremamente devassada pelos passantes, principalmente nos dias de feira, já que a rua se enchia de gente de todos os lugares. Privacidade um pouco maior só nas casas elevadas e nos poucos sobrados. A sala de jantar abria-

se para o quintal e frequentemente se estendia em toda largura do lote. Um corredor, às vezes lateral e às vezes central, dependendo da quantidade de cômodos, levava do estar ao jantar, praticamente conduzindo a pessoa do começo até o fim da casa. Ao longo dessa caminhada ficavam os quartos principais, as chamadas alcovas, sem possibilidade de aberturas para o exterior. A ventilação era indireta e iluminação natural só era possível em ambientes limítrofes com a frente ou com os fundos da construção (imagens 9 e 10).

A cozinha ficava após a sala de jantar, em um compartimento menor, ocupando geralmente meia largura do lote. Esse arranjo, ao mesmo tempo em que possibilitava que a cozinha se abrisse para o quintal, permitia que o contato da área externa com a sala de jantar fosse mantido. Pela própria natureza dos seus

usos, a relação entre cozinhas e quintais sempre foi uma constante. Além das fumaças e dos odores bem e malcheirosos que careciam ser eliminados para fora da casa, sem que se espalhassem pelos seus demais cômodos, entre esses dois espaços se realizava uma série de atividades rotineiras, intensas, que precisavam ficar próximas, como a busca de lenha, de água na cisterna e de alimentos que eram plantados ou criados no quintal, como porcos e galinhas. Um exemplo de como era o cotidiano nessas cozinhas, e que nos mostra como as sensibilidades higiênicas da época eram outras, poderia ser visto no hotel de Zé Bernadino, que ficava bem perto da Maciel Pinheiro, na rua Monsenhor Sales, onde “os gatos e cachorros davam vida popular” e “lá para trás os animais e galinhas misturavam-se com as cozinheiras” (MACHADO, 1983, 1984). Os “porcos comiam por debaixo da meza [sic] onde serviam-se os hospedes mais ilustres e os cavallos de seu Zé pastavam na cocheira erguida no quintal, que não tinham diferença de algumas de nossas ruas de hoje, em tempo de inverno” (PIMENTEL, 1937).

Como não havia redes domiciliares de abastecimento de água e coleta de esgoto, praticamente inexistiam instalações hidráulicas em cozinhas e banheiros. Estes, até 1924, “eram primitivas sentinas no fundo dos quintais” (CÂMARA, 1947, p.100), edículas dotadas de escavação no solo para dejeções. Câmara (1943, p.65) relata que em meados do século XIX as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, que em dias de chuva eram arrastadas para os açudes que abasteciam a cidade. E isso continuou até os novecentos. As memórias de infância de Cristino Pimentel (1897-1971) contam que pela Rua Treze de Maio (antiga Rua do Açude Novo) “passavam os comboieiros do sertão, e os presos acorrentados, com

as 'cubas' de merda para despejarem bem perto das águas que a gente bebia” (PIMENTEL, 2001, p.85), adaptando para o contexto campinense um hábito de se livrar dos dejetos que foi comum em cidades litorâneas dos tempos do Brasil colonial e imperial, quando os escravos lançavam no mar os esgotos das casas armazenados em barris de madeira, os chamados tigres, para que a maré os levassem¹¹. No mesmo Açude Novo, os encarregados da limpeza pública despejavam “todo o lixo apanhado nas ruas e nas casas particulares” (HIGIENE..., 1931), isso quando não era jogado nas valetas profundas abertas pela chuva nos leitos descalços da cidade. Na ausência de banheiros nas residências, os demais logradouros públicos também viravam lugares para dejeção. O cemitério das Boninas servia de mictório e latrina, era um “fôco de imundices” (CEMITÉRIO, 1909). A rua Venâncio Neiva possuía nomes que diziam muito dos seus antigos usos: beco da merda ou beco do mijo.

As primeiras intervenções físicas nas moradias com o intuito de dar outro destino aos dejetos, de que temos notícia, aconteceram em 1924, quando “os médicos de higiene deram início às intimações para a construção de gabinetes com fossas”, mas ainda sem o uso de bacias sanitárias com descarga, que só apareceram a partir de 1930 e se generalizaram depois dos sistemas de água e esgoto (CÂMARA, 1947, p.100). Com as fossas, muitos banheiros saíram dos fundos dos lotes e foram anexados às construções, porém ainda fora de casa, depois da cozinha. O funcionamento era precário, não mecanizado, dependendo em tudo da relação com o quintal: desde a proximidade com a fossa até os baldes d'água que serviam de descarga. Os odores fortes e os demais problemas de higiene provenientes dessa precariedade técnica em resolver o destino dos dejetos humanos inviabilizavam a multiplicação e a instalação de

¹¹ Cf. Agra (2006, p.36).

banheiros nas proximidades das áreas sociais e íntimas, como temos hoje. Os urinóis continuavam como peças indispensáveis nas alcovas.

Assim como o livrar-se dos dejetos, o precário abastecimento de água exercia sua presença sobre a rotina e os espaços das casas e da cidade, impregnando a paisagem urbana de cenas e personagens outrora comuns em locais que já possuíam seus modernos sistemas de condução de água tratada até as residências. Os pobres utilizavam as águas do Açude Velho e do Açude Novo, que eram as “únicas fontes em que se abastecem as classes menos favorecidas da cidade” (OBRAS..., 1929). Outros compravam água nos açudes privados do município ou eram abastecidos diretamente pelos aguadeiros,

carregadores e vendedores de água em domicílio (imagem 11). Os que podiam, construíam cisternas nos seus quintais, onde armazenavam as águas das chuvas que caíam sobre os telhados. Muitos possuíam “possantes cisternas completamente cheias, só abertas pelos proprietários para a venda ao público quando lhes” era “possível reputar mais alto preço”, só depois que “os carregadores do precioso líquido” anunciavam “a sua escassez nos reservatórios da cidade” (COMEÇA A HAVER..., 1937). Daí o porquê da grande quantidade de pedidos para a construção desses reservatórios e de fossas por toda a cidade antes dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.



11. Até a década de 1930, os aguadeiros realizavam boa parte do abastecimento de água da cidade. Fonte: Sylvestre (1993, p.259).

Tomar banho era um hábito nem sempre realizado no banheiro. Muitas casas não o possuíam e algumas que o possuíam só reservavam espaço para a latrina. Assim como a lavagem de roupas, a higiene do corpo era uma atividade costumeiramente desenvolvida fora da privacidade das casas,

principalmente para os mais pobres que moraram nos cortiços e nas casas de taipa, muitas preventivamente dispostas às margens do Açude Velho. É provável que a maior parte das mulheres e os mais pudicos e elitizados tomassem banhos de bacia na intimidade dos seus lares. Já Pimentel (2001, p.86) nos conta que,

quando criança, o seu avô o levava todos os dias para tomar banho no Açude Velho “na hora dos pássaros alvorarem”. Almeida (1962, p.113-114) relata que, entre outros benefícios, o Açude Velho servia de banheiro público, principalmente para homens e crianças. Alguns dispositivos municipais tentaram regularizar o uso das suas águas ainda no século XIX, determinado, dentre outras coisas, “que nenhuma pessoa maior de sete anos poderá banhar-se de dia no Açude Velho desta cidade, incorrendo o infrator na multa de 20 cruzeiros e no duplo na reincidência”.

Apesar da proibição e da pesada multa, continuaram os banhos, só diminuindo no inverno, pois outro local mais conveniente não havia para as abluções matinais. No verão, desciam em fileiras os banhistas, continuamente, de chinelas e toalha no ombro, conversando alto, para a ilusória limpeza do corpo na água impura e contaminada do açude público. O espetáculo não passou despercebido a Celso Mariz. Relembrando as suas impressões de criança, nas estadas em Campina Grande, na primeira década do século, contou numa conferência que “o grande banho popular, o mais fresco, o mais alegre, o mais gostoso na comunhão do ar e do testemunho das lavadeiras era o Açude Velho”. Crescia a cidade, residências eram construídas nas proximidades do reservatório, e o velho hábito não sofria restrições (ALMEIDA, 1962, p.114).

O mesmo acontecia no Açude de Bodocongó, no qual as

[...] pessoas residentes nas [suas] proximidades [...] trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos públicos no açude daquele adiantado suburbio. Há muitas casas nas imediações do açude, além da Fabrica e da estrada que passa por sobre a sua barragem, muitissimo transitada, como sabem, por pedestres e automoveis. Pois, grande numero de despuadorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, á vista de quem quer que passe pela estrada, em roupas de Adão, e com uma semcerimonia de metter raiva aos moradores daquellas circunvisinhanças, conforme nos assegurou um dos reclamantes, aliás pessoa idonea. Com vista á policia para prohibir terminantemente o abuso e ao Estado, para mandar construir banheiros apropriados (QUEIXAS..., 1928).

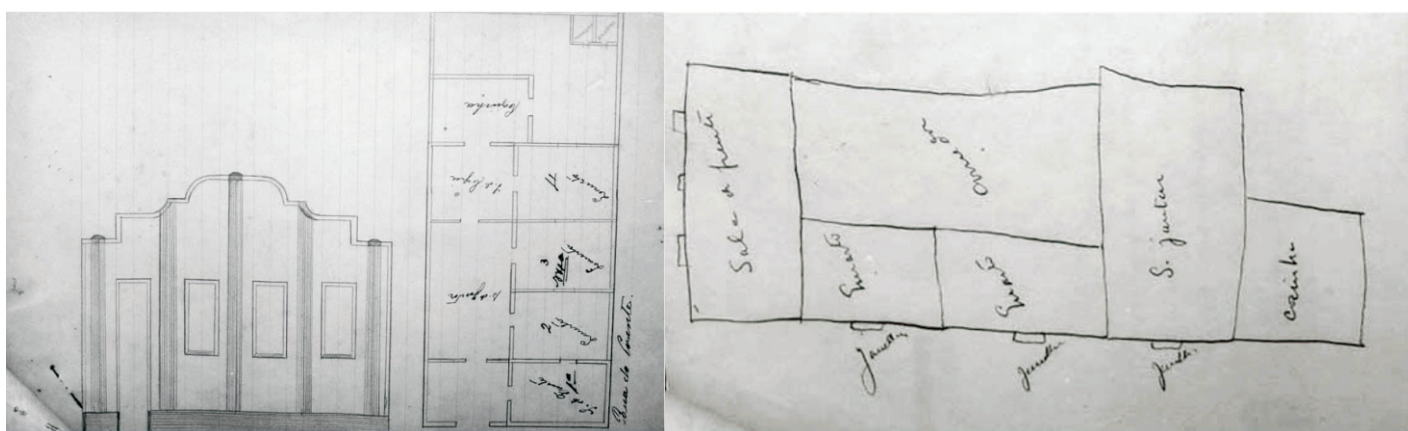
A estrutura de lotes estreitos que se conservou nas áreas de ocupação mais antiga e que foi reproduzida à exaustão nas regiões de expansão pós-ferrovia pelo crescimento desordenado, aliado aos rendimentos imobiliários da iniciativa privada; a ausência de técnicos especializados em projetos de edificação com escritório estabelecido na cidade até 1932 (arquitetos, engenheiros, desenhistas), que, de alguma forma, impulsionassem a adoção de novos padrões construtivos¹²; a não intervenção do poder público de maneira incisiva na espacialização interna das construções até o mesmo ano de 1932, no sentido de exigir recuos para iluminação e ventilação das alcovas; o baixo poder de renda de grande parte da população e a precária infra-estrutura da cidade levaram à continuação majoritária dos modelos coloniais de produção e uso da rua e da casa até a década de 1930, algo não exclusivo só a Campina Grande. O gregarismo entre os prédios advindos desses procedimentos de construção levava ao máximo de aproveitamento de cada terreno e predispunha um arranjo de planta que secularmente fazia parte do repertório das pessoas comuns, dos mestres-de-obras e dos pedreiros. Além do mais, não existiam empecilhos para a reprodução desses padrões até então.

Toda essa maneira de se edificar na cidade aparece de forma muito evidente nos pedidos para construção e remodelação de imóveis do começo dos anos 1930. Das 99 solicitações de licença desse tipo que deram entrada na prefeitura de Campina Grande em 1932, só 7 apresentaram projeto. No caso dos novos edifícios, todos pediram para que o agrimensor municipal determinasse o seu alinhamento em relação

¹² Até o momento, acreditamos que o primeiro escritório de projeto de edificações instalado na cidade foi o do arquiteto licenciado Isaac Soares, em 1933, localizado na Praça Epitácio Pessoa. Antes, porém, sabemos que profissionais estabelecidos em outras cidades atuaram em Campina Grande, como o arquiteto italiano Hermenegildo Di Lascio, radicado em João Pessoa, que projetou o Grupo Escolar Solon de Lucena (hoje reitoria da UEPB), inaugurado em 1924 (MELLO, 2006, p.111).

à via. Contudo, o controle da municipalidade sobre as construções não passava daí, já que os poucos projetos encontrados nos mostram que não existia a obrigatoriedade do planejamento interno e externo dos prédios a serem construídos ou reformados, exigência decisiva para a prática das ações higienistas e embelezadoras subseqüentes. O mais interessante é perceber que os pedidos para construção e reforma passavam por uma fiscalização do serviço municipal de higiene, mas isso, até 1932, representou poucas interferências sobre as construções, geralmente

restritas à exigência para a instalação de fossas. De todas as solicitações de licença, apenas duas fizeram menção a alguma recomendação de cunho higienista, das quais em uma a municipalidade recomendava ao requerente que se submetesse “aos dispositivos municipais, sobre altura e hygiene”¹³ das edificações. Porém, tais dispositivos só foram colocados em prática de maneira incisiva a partir de 1933. Surtiram pouco efeito até 1932, quando as alcovas e a ausência de recuos e jardins continuaram predominando.



12 e 13. Pedido para a reconstrução da residência de Maria Inez de Freitas Ramos, rua do Poente, 1932. Pedido para a construção da residência de Manoel Borges de Lima, rua Santo Antônio, 1932.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

Outro aspecto que nos diz muito sobre as construções da cidade é a precariedade desses sete projetos apresentados. Nenhum foi elaborado por profissional técnico especializado (arquitetos, engenheiros ou desenhistas). O mais provável é que fossem feitos pelos pedreiros, mestres-de-obras ou pelo próprio dono da construção. Os desenhos não passavam de esquemas de plantas rabiscados em pequenos pedaços de papel, quase todas repetindo os modelos coloniais de espacialização já descritos, o que é mais um indicativo da predominância desses padrões construtivos por toda cidade até os anos 1930. Quando apareciam, os desenhos de fachadas, sempre as

frontais, não fugiam de toda essa precariedade. Possuíam limitações de cunho técnicos e estéticos. Vendo esses projetos, ficam muito claras as bases técnicas, construtivas e até sociais sobre as quais foi erguida a cidade até então (imagens 12 e 13).

5 CONSIDERAÇÕES

Como vimos, as heranças coloniais de produção e uso do espaço urbano foram predominantes na conformação da paisagem campinense até a década de 1930. A ausência de um controle mais incisivo do poder público sobre a

¹³ Solicitação para construção de prédio, rua Francisco Ferreira de Souza, propriedade de João Coutinho de Oliveira, 1932. Arquivo Público Municipal de Campina Grande

conformação das áreas públicas e, principalmente, privadas de Campina Grande, aliada às limitações técnicas e construtivas em âmbito local, não abriram margem para maiores modernizações na sua arquitetura. A estrutura de lotes estreitos e compridos que se conservou nas regiões de ocupação mais antiga da cidade, e que foi reproduzida à exaustão nas áreas de expansão pós-ferrovia, a sua relação com as edificações, a distribuição dos ambientes domésticos e suas interlocuções com os moradores e a precária infra-estrutura do município diante das suas novas funções e proporções configuraram um quadro que foi julgado, nas primeiras décadas dos novecentos, como arcaico, atrasado e incivilizado.

Tal julgamento, somado a um desejo de modernização que buscava modelos urbanos ditos civilizados, e que esteve permeado pelos mais diversos interesses, impulsionou uma série de ações

pautadas nos ideais de higiene, circulação e embelezamento. Foi dentro desse espírito que, a partir dos anos 1930, a cidade assistiu à separação de usos no tecido urbano, às ações para a criação de uma malha viária moderna e fluída para a velocidade do automóvel e para o trânsito das mercadorias, à higienização de ruas e construções e à substituição de grande número dos antigos edifícios da região central por prédios considerados modernos, arejados, estéticos, com vários pavimentos, afastando para periferia e aí reproduzindo os problemas resolvidos nos seus espaços centrais. Tudo isso aconteceu de acordo com o saberes médicos, técnicos e estéticos de profissionais da saúde, de engenheiros e de arquitetos, apropriados e praticados pelos políticos e demais letrados locais. Contudo, formas, usos e arquiteturas passados, ignorados ou resistentes, sempre encontraram espaços para permanências.

ARCHITECTURE, CITY AND HOUSEHOLD SPACE IN THE CAMPINA GRANDE (PB) OF FIRST DECADES OF THE 1900s

ABSTRACT

The architecture, the urban space and the household space of Campina Grande city, interior of Paraíba State, of first decades of 20th century, at the previous moment to actions of urban modernization which were intensified in the 1930s, are studied. From analysis of primary sources, the production of buildings and urban tissue of Campina Grande in the 1800s and its reflections upon conformation of the city which goes into the 20th century, that it was still reproduced in accordance with the colonial inheritances, are investigated. The constructions' interiors, mainly the residences, are examined while a reading of its forms, uses, spaces and dialogues which are established with public spaces is doing. To understand how the people and every those urban and architectonic contents were mixing and were interacting each other is the objective.

Keywords: Architecture. Urban space. Household space. Campina Grande (PB).

REFERÊNCIAS

- AGRA, G. F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande. Campina Grande: Gráfica Marccone, 2006.
- ALMEIDA, E. **História de Campina Grande**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1962.
- ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro. 1991. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande, 1991.
- CÂMARA, E. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Moderna, 1943 (Reimpressão de 1999 pela Editora Caravela).
- _____. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947 (Reimpressão de 1998 pela Editora Caravela).
- CAMPINENSE. **Jornal A Batalha**, Campina Grande, 28 nov. 1934.
- CARVALHO, J. L.; TINEM, N. **Arquitetura e as ruas do centro de João Pessoa**. In: TINEM, N. (org.). **Fronteiras, marcos e sinais**: leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2006.
- CEMITÉRIO. **Jornal O Campina Grande**, Campina Grande, 28 ago. 1909.
- COMEÇA A HAVER falta d'água nessa cidade. **Jornal Voz da Borborema**, Campina Grande, 27 out. 1937.

ELEIÇÃO municipal de Campina Grande. *Jornal A União*, João Pessoa, 24 set. 1935.

FABRIS, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

HIGIENE na cidade. *Jornal Brasil Novo*, Campina Grande, 22 ago. 1931.

HOMEM, M. C. N. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEMOS, C. A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

MACHADO, S. Ruas de Campina. *Revista Tudo. Diário da Borborema*, Campina Grande, 24 jul. 1983 – 22 jan. 1984.

MELLO, J. O. A. **Os italianos na Paraíba**: da capital ao interior. João Pessoa: A União, 2006.

OBRAS do novo prefeito. *Jornal O Século*, Campina Grande, 2 mar. 1929.

PIMENTEL, C. Coisas da cidade. *Jornal Voz da Borborema*, Campina Grande, 17 nov. 1937.

_____. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Caravela, 2001.

QUEIXAS & reclamações. *Jornal O Século*, Campina Grande, 3 nov. 1928.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

SOUSA, F. G. R. B. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande 1920-1945. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SYLVESTRE, J. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1993.

VERAS, C. C. L. **O espelho de narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande. 1988. Monografia (Graduação) – Departamento de História e Geografia do Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

VILLAR, E. (dir.). **Almanach de Campina Grande 1933**. Campina Grande: Livraria Campinense, 1933.